



O ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA NO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO – DRC-MT

Pricila Cabral Coelho Moraes¹
Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças

Maximilena Pereira de Freitas²
Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças

Andreia Costa de Moura Sousa Parreira³
Secretaria Municipal de Educação de Barra do Garças

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a organização do componente curricular da Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol) no Documento de Referência Curricular do estado de Mato Grosso, visto que esse documento é um guia, uma referência de trabalho para os docentes, onde não impõe e sim possibilita ao professor escolher as suas formas de trabalho, a partir do seu contexto de atuação. A proposta do documento desde a sua homologação é apoiar os professores na construção de boas práticas no ensino da língua estrangeira de modo crítico e contextualizado. No início do documento é apresentado as contribuições da língua estrangeira para o desenvolvimento integral, apresentando um caráter formativo do ensino de língua, ou seja, a forma como acontece a aprendizagem do idioma, desde a educação básica contribui para a formação do estudante nas dimensões física, social, cognitiva e emocional. Nosso corpus de análise é constituído pelo caderno da área de Linguagens do Ensino Fundamental/anos finais do DRC-MT. Ao longo deste trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa e pela análise documental do DRC-MT; e, também, por um olhar qualitativo sobre as políticas de ensino de línguas (MONTE MÓR, 2013, 2017). Verificamos as unidades temáticas, as habilidades e os objetos de conhecimento propostos no documento estadual. A análise desenvolvida aponta que o DRC-MT apresenta avanços significativos, oportunizando aos alunos conhecerem visões de mundo e culturas diferentes, mas ainda existem lacunas entre a base teórica, muitas inquietações, dificuldades metodológicas, tecnológicas e organizacionais que devem ser adotadas pelos professores para contemplar as habilidades e competências propostas.

Palavras-chave: Organização. Língua Estrangeira. DRC-MT.

¹ Professora da Educação Básica. Mestra em Educação, Linguagens e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus UnU Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. pricilamoraes1982@gmail.com

² Professora da Educação Básica. Graduada em Pedagogia- UNIVAR e especialista em Psicopedagogia Institucional. maxmilenafreitws@gmail.com

³ Professora da Educação Básica. Graduada em Pedagogia- UNIVAR e especialista em psicopedagogia. Educação especial com ênfase em libras. E-mail: andreiacmparreira@gmail.com



Introdução

Durante muitas décadas, o ensino de língua estrangeira esteve voltado para um trabalho de natureza linguística, contudo, sabemos, também, que a comunicação mudou muito, nesse contexto, as abordagens também foram modificadas. Sendo assim, todo o ensino que é feito com base em teorias de comunicação precisa ser revisto, evidenciando-se “a necessidade de ampliação do debate com vistas a um plano de políticas que considere uma visão de educação condizente com os desafios da sociedade atual” (Monte Mór, 2013, p. 233).

Nesse sentido, é necessário repensar os objetivos do ensino de línguas estrangeiras e conciliá-los dentro de um papel educacional para/na escola, fazendo com que a escola sinta a influência/importância do idioma estrangeiro na formação de pessoas e na reflexão dos trabalhos. Apesar de desafiadora e conflituosa, a prática na sala de aula deve ser orientada pelas políticas de ensino, mas também considerada no processo, dando, assim, liberdade para as formas de trabalho, uma vez que, “as inúmeras pesquisas na área informam que a prática de sala de aula vela, e ao mesmo tempo revela, uma política de ensino” (Monte Mór, 2013, p. 219).

As políticas pensadas por Monte Mór, uma das redatoras das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Línguas Estrangeiras (Brasil, 2006), e por Menezes de Souza refletem a identificação de que o ensino de idiomas praticado nas escolas públicas segue uma visão tradicional de língua, desvinculada de um projeto educacional de formação de alunos e cidadãos.

Considerando o cenário atual, em 20 de dezembro de 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular, que nos apresenta como objetivo: fazer com que todos os alunos tenham a mesma oportunidade de aprender o que é fundamental para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). |Considerando o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, na área de linguagens, especificamente a língua estrangeira, trazemos o seguinte questionamento: É possível ressignificar o ensino de língua estrangeira a partir das habilidades e competências propostas no DRC-MT?

PROPOSTA CURRICULAR PARA O ESTADO DE MATO GROSSO



Historicamente, desde 2005, há o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil. No estado de Mato Grosso, a elaboração do currículo iniciou-se a partir da Portaria nº 368/2018/GS/Seduc, que instituiu as comissões de trabalho.

Assim, a Comissão de Governança e a Comissão de Mobilização fizeram o acompanhamento e tomaram as decisões acerca do processo; o Comitê Técnico fez a validação do documento antes de ser encaminhado para os conselhos; a Equipe Técnica Estadual foi instituída pelo fator “tempo” que tinha para elaboração do documento curricular, sendo constituída por profissionais da rede estadual de educação, representantes do Consed e Undime; e as Equipes Técnicas Regionais foram constituídas pelos polos dos 15 CEFAPROS. A equipe também foi composta por coordenadores estaduais, coordenadores de etapa – educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais) –, analistas e articuladores.

A BNCC traz as aprendizagens essenciais que todo estudante deve desenvolver ao longo da educação básica, ou seja, desde a educação infantil até o ensino médio. A BNCC não representa o currículo em si, é uma parte inicial dele, ela é uma referência para a elaboração dos currículos da rede.

A produção do DRC-MT baseou-se na BNCC e também no documento que orienta o currículo na rede de ensino estadual. Nesse contexto, como exemplo, citamos as Orientações Curriculares de Mato Grosso (OCs/2012). O currículo do estado de Mato Grosso foi elaborado tanto para a rede estadual, quanto para a rede municipal e privada.

O Documento de Referência Curricular do estado de Mato Grosso (DRC-MT) é um documento de caráter normativo – Parecer conjunto 001/2018/CEE/MT, Portaria 810/2018/GS/SEDUC/MT. Ele define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental – de forma progressiva (introduzir, aprofundar e consolidar), além de orientar o Projeto Político Pedagógico das escolas e os planos de aulas dos professores.

A BNCC e o DRC-MT articulam-se a partir de dois fundamentos pedagógicos:

(I) Compromisso com a educação integral e desenvolvimento humano: a BNCC e o DRC-MT assumem uma visão integral dos estudantes, nos aspectos biopsicossociais e afetivos para que eles possam atuar com discernimento e responsabilidade; aplicar os conhecimentos para resolver problemas; ser proativo para identificar os dados de uma



situação e buscar soluções; **conviver e aprender com as diferenças e as diversidades**; ter autonomia para tomar decisões e; aprender a aprender.

(II) Foco no desenvolvimento de competências. As competências são determinadas pela capacidade de mobilizar um conjunto de recursos de acordo com as necessidades, a fim de resolver determinadas situações-problemas. Portanto, uma competência reflete a capacidade de agir de maneira eficaz para solucionar uma série de situações.

Cada competência é formada por um conjunto de habilidades mobilizadas em diferentes categorias. As habilidades estão ligadas ao princípio da ação, ao saber fazer alguma coisa. A leitura das habilidades é feita a partir do verbo que indica o processo cognitivo, o complemento do verbo, que é o objeto de conhecimento/conhecimento/conteúdo, e os modificadores que indicam contexto ou maior especificação da aprendizagem. No DRC-MT, a progressão das habilidades e os objetos do conhecimento foram organizados em (I) introduzir, (A) aprofundar e (C) consolidar.

As habilidades, no documento, não descrevem ações ou condutas esperadas do professor, nem induzem à determinadas abordagens ou metodologias. De acordo com o documento, essas escolhas estão no âmbito dos currículos e dos projetos pedagógicos, esses devem ser adequados à realidade de cada sistema ou rede de ensino e a cada instituição escolar, considerando o contexto e as características dos seus alunos.

Área de linguagens – drc-mt

Na área de Linguagens, anos finais no Documento de Referência Curricular do estado de Mato Grosso, estão inseridos quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Arte e Educação Física.

De acordo com o DRC-MT (2018, p. 13), o ensino de línguas não pode ser limitado à compreensão de regras gramaticais, especificamente em língua estrangeira, pois há a necessidade de atividades que exigem mais tempo e dedicação em decorrência do preconceito acerca de sua necessidade em um país que, segundo dados internacionais, não é proficiente em sua própria língua. O documento ainda traz a afirmação que aprender outra língua é ter acesso a novas formas de cidadania e apresenta as seis competências da área que precisam ser



garantidas ao ensino fundamental, elas estão relacionadas às competências gerais da BNCC.

São elas:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
 2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
 3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
 4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
 5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
 6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.
- (BNCC, 2017, p. 63).

Componente Curricular Língua Estrangeira

O Componente Curricular da Língua Estrangeira foi organizado a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Orientações Curriculares do estado de Mato Grosso e, mais recentemente, da Base Nacional Comum Curricular.

Segundo o DRC-MT (2018, p. 98), “os entendimentos acerca de língua, linguagem, ensino e aprendizagem complementam-se, não se excluem, são documentos apêndices”. De acordo com tal documento, os conceitos apresentados são motivadores e devem ser utilizados como ponto de partida, um guia, uma referência para a prática do professor na sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece apenas a Língua Inglesa como obrigatória. Já o Documento de Referência Curricular de Mato Grosso estabelece a Língua Inglesa como obrigatória e a Língua Espanhola como optativa nas matrizes curriculares, pois



leva em consideração o fato do estado fazer fronteira com a Bolívia, país que tem como língua oficial o espanhol.

O documento apresenta seis competências para os componentes curriculares de Língua Inglesa e Língua Espanhola; são eles:

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa/espanhola contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa/espanhol, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa/espanhola e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa/espanhola, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa/espanhola, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa/espanhola, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais (Brasil, 2017, p. 244).

O documento considera que tais competências integram o resultado final do trabalho dos seguintes eixos ao longo das aulas e dos anos: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural. Também afirma que a Língua Franca não é de um país, não pertence apenas a uma nacionalidade, e sim de quem a utiliza, dentro de suas condições e possibilidades.

O objetivo dos Componentes Curriculares em questão é possibilitar o autoconhecimento das identidades locais a partir da reflexão sobre as informações sobre a língua do outro. Com o propósito de atingir tal objetivo e da formação do estudante como um cidadão multiletrado e crítico, o documento propõe que o trabalho nas aulas de Língua Inglesa e Língua Espanhola sejam organizados a partir dos eixos:

a) Oralidade: “as práticas de linguagem em situações de uso oral da língua inglesa/espanhola, com foco na compreensão (ou escuta) e na produção oral (ou fala), articuladas pela negociação na construção de significados partilhados pelos interlocutores



e/ou participantes envolvidos, com ou sem contato face a face” (Mato Grosso, 2018 *apud* Brasil, 2017, p. 241).

b) Leitura: “aborda práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito, especialmente sob o foco da construção de significados, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos em língua inglesa/espanhola, que circulam nos diversos campos e esferas da sociedade” (Mato Grosso, 2018 *apud* Brasil, 2017, p. 241).

c) Escrita: “consideram dois aspectos do ato de escrever. Por um lado, enfatizam sua natureza processual e colaborativa [...] Por outro lado, o ato de escrever é também concebido como prática social e reitera a finalidade da escrita condizente com essa prática, oportunizando aos estudantes agir com protagonismo” (Mato Grosso, 2018 *apud* Brasil, 2017, p. 242).

d) Conhecimentos linguísticos: “consolida-se pelas práticas de uso, análise e reflexão sobre a língua, sempre de modo contextualizado, articulado e a serviço das práticas de oralidade, leitura e escrita” (Mato Grosso, 2018 *apud* Brasil, 2017, p. 243).

e) Dimensão intercultural: “compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção” (Mato Grosso, 2018 *apud* Brasil, 2017, p. 243).

Como já foi citado acima, o Documento de Referência Curricular para o estado de Mato Grosso não propõe conteúdos, mas sim unidades temáticas, habilidades e objetos de conhecimento, ou seja, por meio deles é que a escola e o professor irão se orientar para a realização do planejamento de desenvolvimento do conhecimento.

Em relação à abordagem metodológica, o documento traz a perspectiva da aprendizagem ativa e da abordagem comunicativa, assim como na BNCC. O ensino da língua estrangeira é centralizado por meio da comunicação, isto é, a aprendizagem pelo uso da língua, pela interação; e a proposta apresentada é de que o estudante deve ser visto como um sujeito agente que aprende a aprender, por meio de uma língua-alvo. Assim, o professor passa a ser um mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O DRC-MT (2018, p. 106) traz uma citação de Nunan (1989) em que ele afirma ter enumerado seis elementos básicos que devem ser levados em consideração ao se pensar em aulas comunicativas: atividades, *input*, objetivos, papel do professor, papel do estudante e



contexto. Além disso, todos esses elementos precisam estar necessariamente voltados a uma mesma “tarefa”.

Figura 01:Esquema de análises de tarefas comunicativas



Fonte: Adaptado de Nunan (1989)

O documento enfatiza que as transformações na sociedade e nas formas de comunicação indicam novos caminhos para o ensino, uma vez que as necessidades de aprendizagem já não são mais as mesmas; afinal, novos hábitos, valores, novas formas de interação e a teoria dos multiletramentos surgiram com as novas mudanças. Levando em consideração a era digital e os nossos alunos nativos digitais, precisamos considerar e destacar o letramento digital, que deve ser integrado à tecnologia em sala de aula, embora o importante seja pensar no porquê e como fazê-lo de forma significativa aos estudantes, para que, posteriormente, possam utilizar os conhecimentos adquiridos.

Quadro 1: Unidades Temáticas/Ensino Fundamental - anos finais - Língua Inglesa

6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
Interação discursiva	Interação discursiva	Interação discursiva	Interação discursiva
Compreensão oral	Compreensão oral	Compreensão oral	Compreensão oral
Produção oral	Produção oral	Produção oral	Produção oral
Estratégias de leitura	Estratégias de leitura	Estratégias de leitura	Estratégias de leitura
Práticas de leitura e construção de repertório lexical	Práticas de leitura e pesquisa	Práticas de leitura e fruição	Práticas de leitura e fruição
Atitudes e disposições favoráveis do leitor	Atitudes e disposições favoráveis do leitor	Avaliação dos textos lidos	Avaliação dos textos lidos
Estratégias de escrita: pré-escrita	Estratégias de escrita: pré-escrita	Estratégias de escrita: escrita e pós-escrita	Estratégias de escrita: escrita e pós-escrita
Práticas de escrita	Práticas de escrita	Práticas de escrita	Práticas de escrita
Estudo do léxico	Estudo do léxico	Estudo do léxico	Estudo do léxico



Gramática	Gramática	Gramática	Gramática
A língua inglesa no mundo	A língua inglesa no mundo	Manifestações culturais	Manifestações culturais
A língua inglesa no cotidiano da sociedade brasileira/comunidade	Comunicação intercultural	Comunicação intercultural	Comunicação intercultural

Fonte: Mato Grosso, 2018.

Quadro 2: Unidades Temáticas/Ensino Fundamental - anos finais - Língua Espanhola

6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
Interação discursiva	Interação discursiva	Interação discursiva	Interação discursiva
Compreensão oral	Compreensão oral	Compreensão oral	Compreensão oral
Produção oral	Produção oral	Produção oral	Produção oral
Estratégias de leitura	Estratégias de leitura	Estratégia de leitura	Estratégia de leitura
Práticas de leitura e construção de repertório lexical	Práticas de leitura e pesquisa	Práticas de leitura e fruição	Práticas de leitura e novas tecnologias
Atitudes e disposições favoráveis do leitor	Atitudes e disposições favoráveis do leitor	Avaliação dos textos lidos	Avaliação dos textos lidos
Estratégias de escrita: pré-escrita	Estratégias de escrita: pré-escrita.	Estratégias de escrita: escrita e pós-escrita	Estratégias de escrita
Práticas de escrita	Práticas de escrita	Práticas de escrita	Práticas de escrita
Estudo do léxico	Estudo do léxico	Estudo do léxico	Estudo do léxico
Gramática	Gramática	Gramática	Gramática
A língua espanhola no mundo	A língua espanhola no mundo	Manifestações culturais	A língua espanhola no mundo
A língua espanhola no cotidiano da sociedade brasileira/comunidade	Comunicação intercultural	Comunicação intercultural	Comunicação intercultural

Fonte: Mato Grosso, 2018.

Essa organização acima apresenta o componente curricular Inglês e Espanhol divididos em unidades temáticas, de acordo com cada ano/ciclo de aprendizagem. Assim, cada unidade temática apresenta seu conjunto de objetos de conhecimento, que se relacionam com as habilidades a serem desenvolvidas nos anos finais do Ensino Fundamental, considerando o conhecimento necessário para o ingresso no Ensino Médio.

Quadro 3: Quantidade de habilidades propostas no componente curricular Língua Inglesa

6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
27	23	20	19

Quadro 4: Quantidade de habilidades propostas no componente curricular Língua Espanhola

6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
25	23	20	19



Pensando na perspectiva da proposta curricular do introduzir, aprofundar e consolidar, percebemos que algumas habilidades só serão realmente consolidadas de acordo com a organização acima, apenas ao final do 9º ano, ou seja, o desenvolvimento está proposto de maneira sequencial e progressivo.

Sobre avaliação da aprendizagem o DRC-MT (2018, p.126) afirma que “a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento” (Vasconcelos, 1994, p. 43), e considera que a avaliação é uma das etapas fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. O documento traz também Canan e Paiva (2016, p. 22), os quais afirmam ainda que: “[...] para que aconteça uma aprendizagem significativa, a avaliação dessa aprendizagem também precisa oferecer significação ao processo”, fugindo, portanto, da mera aprovação e/ou reprovação. Isso porque, a partir dela, pode-se propor uma efetiva reflexão acerca dos objetivos de ensino e avaliação, bem como do andamento e da evolução das aulas/estudantes/construção de conhecimento de forma geral.

Compreensão da Proposta Curricular da Língua Estrangeira no DRC-MT

O documento apresenta competências específicas para os componentes curriculares de Língua Inglesa e de Língua Espanhola, com foco no estudo das “práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável” (Brasil, 2017, p. 244). Descreve a organização nomeada (unidades temáticas, habilidades e objetos de conhecimento). O documento destaca a necessidade e importância de ensinar a partir dos usos reais da língua, partindo dos gêneros textuais existentes em nosso cotidiano e das práticas de letramento.

No entanto, ao conhecermos e analisarmos o documento percebe-se uma descontextualização, um desalinhamento entre a proposta, o referencial teórico e a organização curricular.

O DRC-MT afirma que os conteúdos de Língua Inglesa e Espanhola estariam relacionados com os eixos de Leitura, Escrita e Oralidade, de modo que estariam inseridos



nos outros componentes curriculares para que, assim, possam fazer sentido para a vida real do aluno, mas não foi isso que compreendemos.

O termo “unidade temática” remete-nos a temas relacionados ao dia a dia do falante que envolve práticas letradas, como por exemplo, “debate sobre o meio ambiente ou o debate sobre o uso da língua, entre outras sugestões. Na BNCC e no DRC-MT a utilização do termo “unidade temática” descreve elementos tais como estratégias de escrita, de pré-escrita, de prática de escrita, de estudo do léxico e de gramática. Assim, ao apresentar “gramática” como unidade temática, contradizem o que apresentam e dizem defender em suas referências e em todo corpo do documento.

Monte Mór (2017) afirma que ao tratar da prática pedagógica é necessário ter várias habilidades, tais como: compreensão e uso da multimodalidade; construção ou reconstrução de sentidos, levando em conta as diferenças e as pluralizações sociais, linguísticas e culturais. Habilidades essas que são defendidas pelas propostas dos Letramentos.

Assim, a divisão na organização do documento não favorece o estudo da língua voltado às práticas sociais, pois ainda está tudo nas gavetas, de forma isolada, a exemplo das “Estratégias de leitura e compreensão” ou das “Estratégias de escrita e práticas de escrita”, separadamente. Outro fato/problema que visualizamos foi a repetição de algumas habilidades em quantidade excessiva e que não contemplam, na maioria das vezes, uma progressão clara de um ano para o outro. O documento ressalta a importância do letramento crítico, mas deixa brechas no que diz respeito à abordagem comunicativa ao desconsiderar a realidade e os aspectos locais próximos dos estudantes. Dessa forma, a proposta de guiar, orientar o destinatário, no caso, o professor, pode fazer efeito contrário.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, buscamos analisar a organização do componente curricular da Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol) no Documento de Referência Curricular do estado de Mato Grosso. A escolha por analisar o documento estadual foi com base no documento nacional, feita, sobretudo, com a finalidade de conhecer e compreender o documento referência, o guia de trabalho para os docentes.



É perceptível que os documentos oficiais contemplam em suas propostas um ensino integral e humanístico do indivíduo, transpondo desde a construção de uma sociedade igualitária até aspectos relacionados às habilidades na aquisição de um idioma. A aprendizagem das línguas estrangeiras tornou-se fundamental no que diz respeito à democratização do conhecimento, na formação das pessoas e nas práticas educativas. Mas, ao analisarmos o DRC-MT, podemos afirmar que ainda não é possível ressignificar o ensino de línguas tendo como guia o documento curricular macro e micro.

O próprio documento estadual ressalta o uso das tecnologias em sala de aula e como preconiza o DRC-MT sobre o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, a formação do professor não é suficiente para contemplar essa prática em sala de aula, e outro fator agravante é a falta de estrutura física nas instituições educacionais.

Constatamos, assim, que o documento estadual não abrange o ensino de línguas estrangeiras de maneira efetiva. Embora não possamos desconsiderar o fato de a organização curricular proposta no documento ser muito importante para a condução do ensino de línguas no Ensino Fundamental, ele ainda não contempla a atuação crítica, consciente no mundo, e a aprendizagem significativa do ensino de línguas estrangeiras a partir das habilidades e competências propostas no DRC-MT.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3. ed. Brasília: MEC, 1997.

MATO GROSSO. Documento de Referência Curricular – Ensino Fundamental. Cuiabá: SEDUC, 2018.

MONTE MÓR, Walkyria. As políticas de ensino de línguas e o projeto de letramentos. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MONTE MÓR, Walkyria. Sociedade da Escrita e Sociedade Digital: Línguas e Linguagens em Revisão. In: TAKAKI, Nara Hiroko; MONTE MÓR, Walkyria (Orgs.). **Construções de Sentido e Letramento Digital Crítico na Área de Línguas/Linguagens**. Campinas: Pontes Editores, 2017.